

SAARA OCIDENTAL: A MIRAGEM DA DESCOLONIZAÇÃO¹

FABIANO L. DE MENEZES*

JÉSSICA MOREIRA DE AMORIM MORAIS**

MANOELLA SANTOS MATTOS DE CARVALHO***

RESUMO

O presente trabalho está situado na área da história das Relações Internacionais. Ele tem como objetivo responder a seguinte questão: Como os atores internacionais estatais influenciam na perpetuação da disputa sobre a independência do Saara Ocidental? A hipótese que consideramos é que tais atores podem ser os principais responsáveis pela irresolução dessa disputa, visto que eles são interdependentes e apesar de agirem em favor de seus interesses egoístas, suas atitudes geram efeitos recíprocos. Para responder o problema desta pesquisa, examinaremos, através de uma investigação bibliográfica, três objetivos: o contexto histórico da colonização espanhola, a ocupação marroquina após a saída da Espanha e os interesses estratégicos dos atores envolvidos. Na conclusão, observaremos que toda a situação de incerteza na disputa sobre a independência do Saara Ocidental – de uma colônia espanhola até 1975 e desde então ocupado pelo Marrocos – só se mantém devido aos interesses que existem nesse território. Seja pelo fato da região ser estratégica aos interesses de Estados – que querem manter suas influências na região e isso depende de uma boa relação com o governo marroquino – e pelo fato do Saara Ocidental possuir diversos recursos naturais.

PALAVRAS CHAVES

Saara Ocidental; Marrocos; Frente Polisário; interesses.

* Coordenador do curso de Relações Internacionais da UNISANTOS

* Graduada em Relações Internacionais pela mesma instituição

* Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição

¹ O presente artigo é uma versão atualizada de TCC realizada pelas co-autoras sob a orientação do prof. Fabiano L. de Menezes, aprovado pela banca de avaliação com nota 10,0 o qual recebeu o prêmio “melhores TCC do curso de Relações Internacionais” no ano de 2017.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura analisar o cenário de disputa sobre a independência do Saara Ocidental. Tal questão perdura HÁ mais de 40 anos. A origem dessa situação é colonial, pois a Espanha, antiga metrópole que controlava o território do Saara Ocidental decidiu seguir um caminho distinto. Apesar de já haver um movimento lutando pela libertação dessa nação (Frente Polisário), e de ter recebido o status de Território Não-Autônomo pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Espanha, em uma decisão *sui generis*, transferiu a administração dessa região para dois Estados.

O Saara Ocidental é um território que faz parte da região do norte africano. Grande parte desse território é de área desértica – o que explica porque durante muitos anos foi habitado principalmente por tribos e populações nômades. Entretanto, assim como muitos territórios desse continente, o Saara Ocidental passou pelo processo de colonização, gerando mudanças nos hábitos das populações nativas, que passaram, em sua maioria, a sedentarizar-se. Em 1884, na Conferência de Berlim, foi determinado que a Espanha seria a potência administradora do Saara Ocidental. Ela permaneceu no controle dessa região até o início do conflito em 1975. Este conflito teve início devido a assinatura de um acordo secreto (Acordo Tripartite de Madrid), quando a Espanha, sem consultar a Frente Polisário (representantes oficiais da nação saarauí²), assina um acordo com o Marrocos e a Mauritânia para a divisão do Saara Ocidental, desencadeando uma das mais antigas crises relacionadas com a questão da descolonização no continente africano.

Em 1976, a Espanha se retirou do território do Saara Ocidental como parte do acordo com o Marrocos e a Mauritânia. Em razão da retirada da Espanha, a Frente Polisário proclama a República Árabe Saarauí Democrática (RASD). Sendo assim, o conflito intensificouse na região, agora entre a Frente Polisário e as duas potências ocupantes, o Marrocos e a Mauritânia. Durante o conflito, um fator de influência externo foi a Guerra. O Marrocos e a Mauritânia receberam apoio, principalmente, de Estados ocidentais, enquanto a Frente Polisário recebeu apoio de Estados socialistas. Após três anos de conflito, a Mauritânia se rendeu e reconheceu a RASD. O mesmo não ocorreu com o Marrocos, que continuou com o conflito armado com a Frente Polisário até a criação da Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO) em 1991. O objetivo principal da MINURSO era a promoção de um referendo para determinar o status do Saara Ocidental. Apesar do logrado cessar-fogo, a MINURSO não conseguiu atingir o seu objetivo e o Marrocos, portanto, ocupa o território até hoje. Uma das razões pode ter sido a indiferença internacional em torno da sua causa (DURCH, 1993, p.151). Os diversos motivos sobre a ocupação marroquina serão estudados ao longo deste artigo.

Para entender o caso do Saara Ocidental, procuramos responder a seguinte questão: Como os atores internacionais estatais influenciam na perpetuação da disputa sobre a independência do Saara Ocidental? A hipótese que consideramos é que tais atores podem ser os principais responsáveis pela não resolução e também pela sua perpetuação, visto que eles são interdependentes e apesar de agirem em favor de seus interesses egoístas, suas atitudes geram efeitos recíprocos. Para responder o problema desta pesquisa, examinaremos, utilizando a pesquisa bibliográfica, três objetivos, cada um correspondendo a uma seção. Na primeira seção, analisaremos o contexto histórico do Saara Ocidental. Será analisado como se deu a

² Escolhemos utilizar o nome saarauí, em português. Mas a sua forma mais conhecida é em espanhol, como *saharauí*.

colonização espanhola até o seu fim com o Acordo de Madrid. Na segunda seção, observaremos o mapa geopolítico do conflito após o Acordo de Madrid e a ocupação do Marrocos.

Na terceira seção, avaliaremos a importância da localização do território do Saara Ocidental e os interesses estratégicos dos atores estatais envolvidos, como o Marrocos e a sua rede de alianças (Espanha, França e EUA), e a Frente Polisário e sua aliança com a Argélia.

Nas considerações finais, observaremos que toda a situação de incerteza no Saara Ocidental só se mantém devido aos interesses que existem nesse território.

1. A colonização espanhola

O território do Saara Ocidental está localizado na costa norte da África Setentrional e banhado pelo Oceano Atlântico, ele encontra-se na mesma direção das Ilhas Canárias, território espanhol. Na parte terrestre ele faz fronteira com a Mauritânia ao leste e ao sul, com o Marrocos ao norte e com a Argélia no extremo nordeste (apenas 42km de fronteiras). Tem uma superfície de 266.000km², sendo basicamente desértica e plana (FERREIRA; MIGON, 2015, p. 196).

A história do Saara Ocidental em relação a sua questão fronteiriça não é diferente dos Estados africanos: as suas fronteiras não foram delimitadas pela própria população, mas sim pelos colonizadores através de acordos e tratados (BIRMINGHAM, 1995). No caso do Saara Ocidental, elas foram demarcadas pelos acordos assinados pela Espanha e pela França em 1900, 1904 e 1912 (BESENY, 2009, p. 9).

No início do século XIV, ocorreu a chegada dos espanhóis nas Ilhas Canárias, que por sua vez só foi totalmente ocupada cerca de um século depois. Neste processo de ocupação, a população desse arquipélago foi praticamente dizimada em lutas contra os invasores e os que restaram foram obrigados ao trabalho escravo. Assim como toda ocupação de território, principalmente naquela época, o objetivo era a exploração dos recursos naturais. Para que isto fosse possível era necessário o uso de mão de obra, porém a população restante não era suficiente, foi neste momento que os espanhóis fizeram uma expedição para “caçar” escravos no Saara Ocidental. Devido ao sucesso dessa primeira caçada, eles repetem essa busca por escravos durante aproximadamente dois séculos.

Como a população das tribos saarauis ainda eram capturadas e feitas de escravos, começaram ataques piratas aos navios espanhóis que praticavam a atividade da pesca na costa saarai. Tais ataques duraram até a Espanha fazer um acordo com as tribos que viviam na costa para ter livre acesso à pesca. Posteriormente, os Espanhóis conseguiram o direito da exploração da costa oeste em um acordo com o sultão marroquino em 1727. Cerca de um século depois a Espanha, com o intuito de acabar com os ataques piratas e defender as Ilhas Canárias, resolve ocupar o território do Saara Ocidental (BESENY, 2009).

A Conferência de Berlim (1884 e 1885), definiu a divisão da África entre as principais potências europeias (CRAVEN, 2015). Como a Espanha já tinha em vista a dominação do território do Saara Ocidental, ela enviou uma expedição para essa região com o objetivo de alegar na Conferência de Berlim – que aconteceria dali a um mês – que já possuía a soberania sobre esse território. Em seguida, a Espanha estabeleceu três postos na região costeira do Saara Ocidental: La Guera, no Sul, Villa Cisneros, no centro, e Villa Bens, ao norte (DAUDÉN; SUZIN, 2011, p. 49).

Em 1912, um acordo com a França tornou a região de Villa Bens um protetorado, enquanto o restante do território recebeu o estatuto de colônia. Durante mais de trinta anos,

a presença espanhola se limitou a esses três postos, pois não se aventuraram a enfrentar os povos do deserto.

Ainda no início da colonização, a Espanha enviou algumas expedições para verificação do território. Com a ajuda de seus representantes, que nesta época já dominavam a língua local, conseguiram assinar diversos acordos com os representantes das principais tribos. Porém, estes acordos foram assinados sem a aprovação do restante das tribos, que se organizaram para lutar contra as tropas espanholas. Após alguns anos de lutas, os saarauis perceberam que era mais fácil entrar em um acordo do que continuar lutando, então assinaram um único acordo com o líder da principal tribo. Porém, novamente deixaram algumas tribos de fora, as tribos que viviam perto do território marroquino (BESENYŐ, 2009).

Até o momento da colonização, a população saarai ainda vivia como nômade, porém eles já tinham a sua organização sociopolítica – mesmo que organizada na forma tribal entre cada região –, suas regras, costumes e religião. Com a chegada dos espanhóis também começaram a chegada das primeiras empresas para a exploração do território e construção de centros e cidades. Até este momento o sentimento de nacionalismo ainda não existia. Devido a colonização, a estrutura social das tribos foi se deteriorando, à medida que começou a sedentarização, a escolarização e a urbanização do então Saara Espanhol. Foi neste momento que começou a construção da identidade e da consciência de uma comunidade supra tribal (BARATA, 2012). Entretanto, somente quando “a defesa do território se converteu em um assunto de todas as tribos” que surgiu o interesse comum de pertencimento em defesa de uma nação (ES-SWEYIH, 2001, p. 14).

Nos primeiros anos da colonização houve revoltas por parte de diversas tribos contra os colonizadores, entretanto não obtiveram sucesso, porém este sentimento de revolta ainda perdurou entre os saarauis. Na década de 1930, a Espanha e a França, com o objetivo de conter essas manifestações, promoveram operações militares. As manifestações estavam ocorrendo em diversos pontos de toda a região e alguns deles estavam localizados nas divisas com as colônias francesas, pois os espanhóis não haviam adentrado o deserto com receio de enfrentar os povos que viviam no interior do Saara Ocidental. Por este motivo, através de um acordo assinado em 1934, a França exigiu “que a Espanha blindasse sua colônia e impedisse que os povos nativos atacassem nas fronteiras. Militares espanhóis foram enviados para a região para vigiar e patrulhar, formando as Tropas Nômades (1936)” (DAUDÉN; SUZIN, 2011, p. 52).

Até o ano de 1956 a região do oeste do continente africano (Magreb), formada por Marrocos, Argélia, Tunísia, Saara Ocidental, estava dividida entre a Espanha e a França. Esta possuía o maior número de territórios colonizados na região. Além disso, grande parte do Marrocos era seu protetorado. Por outro lado, a Espanha só possuía o Saara Ocidental e pequenos protetorados no Marrocos (CHANDLER, 1975). Na década de 1950, os saarauis aderiram ao movimento marroquino do Exército de Libertação (EL) para a expulsão dos colonizadores. O EL foi um movimento que surgiu no Marrocos, em 1955, em decorrência de vários grupos de guerrilha que haviam proliferado devido a expulsão do sultão marroquino Mohammed V pela França (BARATA, 2012). Mesmo após o Marrocos conseguir a sua independência da França em 1956, o movimento continuou. Porém, desta vez com o objetivo de conseguir a saída dos colonizadores de todo o território e a unificação de boa parte do Magreb, no qual o Marrocos acreditava e ainda acredita ser parte do “Grande Marrocos”.

A idealização do Grande Marrocos ocorreu no início da década de 1950 por Allal El Fassi, presidente e fundador do Partido Nacionalista Marroquino. Ele tinha como principal objetivo libertar o Marrocos da França através da unificação de todos os territórios onde

habitavam os povos berberes sob a influência do reino marroquino (MIGUEL,1995). E desta forma criar um novo estado redesenhando o mapa do país, no qual “abrangeria desde o estreito de Gibraltar até o rio Senegal, incluindo 500 mil quilômetros da Argélia, um pedaço do Mali, todo o Saara Ocidental e a Mauritânia por completo” (DAUDÉN; SUZIN, 2011, p. 118).

Logo após a independência do Marrocos, o rei Mohamed V, que havia sido expulso pelos colonizadores, retornou ao seu território e, em 1957, começou a reivindicar todo o território que fazia parte do Grande Marrocos em uma tentativa de estabilizar o reino. O seu legado foi deixado para os seus sucessores após sua morte em 1961. A reivindicação teve início pela província de *Ifni*, obtendo sucesso contra a Espanha, como resultado a Espanha cedeu a região de Villa Bens ao sultão marroquino. A partir de então, “a zona de influência da Espanha ficou limitada ao Saara, abaixo do paralelo 27°40’ – uma área de 260 mil quilômetros quadrados, praticamente do tamanho da Inglaterra” (DAUDÉN; SUZIN, 2011, p. 55). Seguidamente começou a pressionar a França pelo território da Mauritânia e tentou ocupar a região da Argélia, já independente, no entanto, fracassou nas suas empreitadas. A Mauritânia conseguiu sua independência em 1958 e a Argélia recuperou o território invadido no ano seguinte (MIGUEL,1995). O Marrocos ainda se encontrava desestabilizado e o Rei Hassan II, filho de Mohamed V, reforçou a determinação na busca dessa integração na sua ascensão ao trono em 1962 (DAUDÉN; SUZIN, 2011).

Foi no contexto da década de 1950 que centenas de saarauís se juntaram a causa e atenderam ao chamado para a guerra santa (*jihad*). Em 1958, para acabar com o conflito, França e Espanha se uniram na Operação Ecouvillon (para os franceses) ou Huracán (para os espanhóis), que obrigou os guerrilheiros a fugir e se abrigar no Marrocos (DAUDÉN; SUZIN, 2011, p. 58). Essa operação envolveu um conjunto das forças francesas e espanholas, cerca de 14.000 militares, 600 veículos e 130 aviões (HODGES, 1982: 275 apud BARATA, 2012, p. 182). Como resultado dessa operação, os ataques da guerrilha terminaram, ocorrendo uma pacificação efetiva das principais tribos saarauís. Da operação resultaram centenas de mortos do lado saarauí, o gado foi bastante dizimado e muitos poços foram danificados, deixando as comunidades envolvidas numa grave situação humanitária. A repressão que se seguiu, agravada ainda pela seca que ocorreu nos anos seguintes, levou a uma fuga de milhares de saarauís do território do Saara Espanhol para a região de Tindufe, em território argelino, para a Mauritânia e para o Sul de Marrocos (BARATA, 2012, p. 182).

Após o encerramento do conflito, a Espanha altera o estatuto do Saara Ocidental, fazendo com que deixasse de ser uma colônia e passasse a ser uma de suas províncias – a de número 53. Como consequência desta modificação, os investimentos no Saara Ocidental passaram a crescer e, com o intuito de levar o desenvolvimento para o interior do deserto, foram construídos 5.494 quilômetros de estradas (DAUDÉN; SUZIN, 2011).

O envolvimento da ONU aconteceu em 1963, quando colocou o Saara Espanhol como um dos territórios enquadrados na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e povos Coloniais (ONU, 1960). Nesta Declaração, a população saarauí teria o direito de escolher entre: a independência do território, tornando-se um Estado soberano; a livre associação à Espanha, em que eles teriam o direito de determinar a sua própria constituição; e a integração à Espanha, em que as leis e direitos deveriam ser os mesmos entre os dois territórios. Para que qualquer decisão fosse tomada seria necessário um referendo em que os próprios saarauís pudessem decidir como seria o futuro do seu território. A partir do ano de 1965, a ONU adotou resoluções anuais para que a Espanha procedesse com o referendo. A primeira resolução, por exemplo, apelou ao governo da Espanha que tomasse todas as ações

necessárias para a liberação do território (ONU, 1965). A segunda resolução reforçou que o processo de descolonização fosse inicializado e que somente a população nativa deveria participar do referendo (ONU, 1966).

Nos primeiros anos após o início das resoluções, o Marrocos e a Mauritânia, começaram a reivindicar a realização do referendo no território do Saara Espanhol. Nessa época a Espanha estava sob a ditadura do general Francisco Franco, este por sua vez não queria abrir mão da sua colônia e, no ano de 1967, “criaram a Assembleia Geral do Saara, composta por 82 saarauis. Chamaram-na de Yemáa” (DAUDÉN; SUZIN, 2011, p. 59). Esta Assembleia era uma forma de estruturação administrativa indireta através das tribos nativas – ela tinha o mesmo estilo que as *Djemaas* –, com conselhos para a população urbana, para as tribos nômades e para toda a colônia. Sua criação foi embasada com os objetivos de uma maior agilização junto aos saarauis e principalmente para obter legitimidade perante a comunidade internacional, mostrando que o Saara Espanhol era uma província e que as vontades das populações nativas eram respeitadas (BARATA, 2012).

Em 1973, surge um movimento de resistência chamado Frente Polisário. Ele teve suas origens em dois grupos nacionalistas saarauis: os originários de Tan-Tan, formado por estudantes saarauis que estudaram no Marrocos; e os saarauis de Zuerat, na Mauritânia. (MIGUEL, 1995; JUSTO, 2013). O movimento partiu de uma ideologia socialista e pan árabe, pois teve como modelo de inspiração os movimentos de libertação posteriores como o egípcio, o líbio, e principalmente, o argelino. Esses movimentos criaram comoção na população saarai mais jovem que percebem a necessidade de conquistar a sua independência (COBO, 2011). No momento da criação do movimento, surgiu uma tese marroquina, que foi disseminada na Espanha, a qual dizia que o movimento foi uma criação argelina para evitar o expansionismo marroquino, favorecendo assim o próprio expansionismo argelino (MIGUEL, 1995). Este argumento foi por vezes utilizado posteriormente ao longo do conflito.

Logo após a sua criação, a Frente Polisário declarou guerra à Espanha. A primeira luta contra a Espanha ocorreu dez dias após a sua criação, em 20 de maio de 1973. Depois disso sucederam outros ataques, no total foram dezenove ações, entre elas, ataques a patrulhas e postos espanhóis, sequestros e sabotagens, que resultaram na morte de oito espanhóis (MIGUEL, 1995). O objetivo do movimento, segundo o seu estatuto, era de conquistar a independência da Espanha e formar o Estado nacional saarai.

Nesta época, a Espanha passava por um período de instabilidade devido ao estado de saúde do seu chefe de Estado, Francisco Franco. No ano de 1974, por pressões da ONU, a Espanha resolveu fazer um censo com a população nativa para realizar o referendo. Todavia, esse referendo nunca chegou a ocorrer devido ao Reino do Marrocos, que acreditava que o território lhe pertencia e, portanto, a independência do Saara Ocidental não poderia ser uma das opções na votação. Com o intuito de ganhar tempo o rei do Marrocos, o então Hassan II, solicitou que a Espanha adiasse a realização do referendo. Em paralelo, requisitou uma opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre os laços jurídicos entre o Saara Ocidental, a Mauritânia e o Marrocos (Resolução 3292 [XXIX]) (BARATA, 2012).

Em 1975, a CIJ decidiu que o território do Saara Ocidental – como já estava sendo chamado pela comunidade internacional – era ocupado por diversas tribos, sendo que algumas delas tinham relações jurídicas tanto com o Marrocos quanto com a Mauritânia. Porém, este laço não deveria sobrepor “o direito de autodeterminação” do conjunto da população que habita o território (CIJ, 1975a: parágrafo 162). Assim que a opinião Consultiva da CIJ foi divulgada, o Rei Hassan II, convocou os marroquinos a marcharem em direção ao Saara Ocidental. Cerca de 350 mil marroquinos, escoltados pelas Forças Armadas Reais (FAR), ocupa-

ram a região norte do território. Esses marroquinos foram incentivados através de inúmeros benefícios caso participassem da marcha, como isenções fiscais, por exemplo (ESTRADA, 2014, p. 127; DUARTE, 2010). Alguns dias depois, a Espanha, que já não tinha condições para enfrentar uma guerra contra o Marrocos, devido ao estado de saúde de Francisco Franco, assinou em segredo um acordo com o Marrocos e com a Mauritânia, o Acordo Tripartite de Madrid (Acordo de Madrid), dividindo a administração do Saara Ocidental – sete dias depois dessa assinatura, morre Francisco Franco.

2. O início da ocupação Marroquina

O Acordo de Madrid foi assinado em 14 de novembro de 1975 entre Espanha, Marrocos e Mauritânia. Nele a Espanha concordou em dividir a administração do Saara Ocidental entre os três. Sendo assim, parte da administração do território ficou para a Mauritânia – parte de *Tiris el Gharbia* – e parte para o Marrocos – *parte de Saguia El-Hamra* (LARRAMENDI, 2010). A Espanha continuaria na administração do território, temporariamente, até 1976. Em contrapartida, a Espanha permaneceria com 35% dos direitos sob a pesca e as minas de fosfato (FRANCK; HOFFMAN; 1975-1976, p. 341). O Acordo de Madrid pode ser considerado o estopim do conflito no Saara Ocidental, em especial por duas razões: não ter reconhecimento perante o direito internacional, pois contraria o direito e a “vontade política legítima de autodeterminação do povo saarauí” (SMOLAREK, 2012, p. 35). E ignora totalmente a Opinião Consultiva da CIJ (1975), que, um mês antes da sua assinatura, “declarou que o Saara não pertencia nem ao Marrocos nem à Mauritânia” e necessitava, portanto, primeiro, da vontade do seu povo para se autodeterminar.

Desde então, o governo espanhol adotou posições distintas, porém, em geral, ele tenta manter ao mesmo tempo uma boa relação com o reino marroquino e com a comunidade internacional. As relações com o governo marroquino, além de históricas, são delicadas, pois para manter o apoio espanhol, o governo marroquino sabe pressionar o governo espanhol, como fez para obter o resultado do Acordo de Madrid. Um desses mecanismos de pressão são suas reivindicações sobre os territórios espanhóis no continente africano (Ceuta e Melilla) que estão localizados no Marrocos os quais o governo marroquino alega que são territórios claramente marroquinos, ocupados pela Espanha (MIYARES, 2006). Outra situação delicada da Espanha e a questão da Catalunha que, em princípio, pode não ter relação com a situação do Sara Ocidental. Todavia, um reconhecimento oficial da Espanha à nação saarauí poderia, de alguma forma, legitimar os catalães em sua questão de independência da Espanha.

Após a saída da Espanha, inicia-se o conflito entre Marrocos/Mauritânia (os novos administradores) e a Frente Polisário, que, como vimos, desde a sua fundação luta pela independência do Saara Ocidental.

Em 26 de fevereiro de 1976, a presença colonial espanhola veio a fim. O *Djemma*, uma assembleia consultiva tribal subsaariana de líderes (“sheiks”), criado pelas autoridades espanholas, votou pela integração com o Marrocos e Mauritânia. No entanto, em 1976, logo após a retirada da Espanha, a Frente Polisário proclamou a República Árabe Saarauí Democrática (RASD), como “forma de angariar legitimidade internacional e clamar soberania sobre o Saara Ocidental” (ESTRADA, 2014, p. 129) (FERREIRA; MIGON, 2015, p. 203).

Considerando o momento político em que nasce o conflito – Guerra Fria, particularmente na década de 70 – temos a presença ideológica constante dos principais atores internacionais: os EUA e toda a sua base aliada na região, fornecendo armamentos e subsídios

ao Marrocos; ao passo que a Argélia, Líbia, Vietnã e Cuba patrocinavam a causa saarai. (SMOLAREK, 2012, p. 35).

Uma das primeiras análises sobre a decisão dos EUA em apoiar os interesses do Marrocos no Saara Ocidental mostra que a *realpolitik* prevaleceu. Na escolha entre apoiar o princípio da autodeterminação dos povos (norma) e as estratégias do Marrocos (interesses), os EUA optaram pelo último (FRANCK, 1976, p. 696). Prevaleceram os interesses e as alianças da Guerra Fria.

O apoio externo ao Marrocos e a Mauritânia vinha especialmente de Estados ocidentais, isto pode ser explicado por questões de vínculos coloniais, como no caso da França e da Espanha, e pela questão da Guerra Fria, como no caso dos EUA. Também pela ótica da Guerra Fria podemos enxergar o apoio dado a Frente Polisário por Estados como Cuba e Vietnã e o apoio indireto da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A URSS vendia armamentos à Argélia e à Líbia e estas o forneciam para a Frente Polisário, que por este motivo, dispunha de um bom arsenal bélico sem ter de pagar por ele (SHELLEY, 2004 apud FERREIRA; MIGON, 2015, p. 204). Essas redes de alianças continuaram a se desenvolver no decorrer do conflito.

Em 1979, a Mauritânia decide deixar a disputa, pois suas tropas estavam desgastadas e o Estado não tinha mais condições internas de se manter no combate. Cabe destacar que a Mauritânia era, à época, um Estado muito frágil, pois a sua independência da França fora conquistada recentemente e o país procurava ainda se organizar internamente com poucos recursos, tentando construir um modelo econômico sustentável (FERREIRA; MIGON, 2015, p. 20; FERREIRA; MIGON, 2015, p. 203). Assim, em 5 de agosto de 1979, a Mauritânia assina um acordo de paz com a Frente Polisário, encerrando a sua reivindicação ao território do Saara Ocidental. Por outro lado, o Marrocos estendeu também a sua ocupação para a parte do território que foi desocupado pela Mauritânia – a qual deveria passar a ser controlada pela Frente Polisário – deixando claro que não pretendia desistir do território (BOUKHARI, 2004).

O conflito continuou entre o Marrocos e a Frente Polisário. Em resposta aos ataques bem-sucedidos da Frente Polisário, o Marrocos construiu um muro – conhecido também como o “muro da vergonha” (SMOLAREK, 2012, p.36). O muro, construído com pedra e areia, tem em torno de 2.700 quilômetros de extensão e 3 metros de altura. Começou a ser construído em 1981, terminando em 1987. Os principais parceiros (técnicos e econômicos) do Marrocos na construção do Muro foram os EUA (LÓPEZ, 2012). Com a criação do muro, o Saara Ocidental foi dividido em duas zonas: as Zonas Ocupadas, sob domínio marroquino, que se localizam no lado ocidental e ocupam cerca de 85% do território (repleto de recursos naturais); e as Zonas Liberadas (área desértica e repleta de minas terrestres), controladas pela Frente Polisário (15%), localizada no lado oriental do território (DAUDÉN; SUZIN, 2011).

3. Interesses estratégicos que sustentam a manutenção do *status quo*

Como analisamos, o Saara Ocidental é formado por uma ampla área desértica. Além da areia, ele dispõe também de recursos naturais que são extremamente demandados, como fosfato, pesca, recursos energéticos, entre outros minérios. Tais recursos podem explicar os interesses estratégicos de diversos Estados e empresas privadas na região que podem, como hipótese, ter contribuído para a irresolução do conflito. Como analisamos, a contrapartida para a Espanha assinar o Acordo de Madrid foi associada ao recebimento de direitos oriundos da pesca e do fosfato. Para exportar os recursos oriundos do Saara Ocidental, o gover-

no do Marrocos emite um certificado de origem de todos os recursos explorados em terras saarauís como se estes pertencessem ao território marroquino. Desta forma, as empresas acreditam que os recursos importados realmente são provenientes do Marrocos, uma vez que as suas negociações são feitas, principalmente, com as estatais marroquinas (HAGEN, 2008).

Uma das riquezas das quais o Saara dispõe é a areia, esse é um bem importante e que tem grande demanda visto que é essencial para inúmeras atividades, principalmente àquelas ligadas a construção civil, como foi o caso da construção da praia de Calheta na Ilha da Madeira, em Portugal, e algumas praias nas Ilhas Canárias e Baleares, na Espanha, as quais receberam areia do Saara Ocidental. Uma das mais belas praias artificiais do mundo está localizada em Tenerife, Ilhas Canárias, e toda areia utilizada na sua construção foi retirada do Saara Ocidental. Outro exemplo, foi a areia destinada à empresa Granintra AS – uma construtora localizada em Las Palmas, Ilhas Canárias –, através do navio de bandeira do Reino Unido. Ainda no início de 2017, foi denunciado a chegada de um navio cargueiro nas Ilhas Mallorca contratado por uma empresa espanhola. O navio estava carregado com 35.000 toneladas de areia proveniente do Saara Ocidental. Além deste, um outro navio, também foi denunciado carregando 4.300 m³ de areia com destino as Ilhas Canárias (EL MUNDO, 2017).

Um outro recurso importante e motivo de disputa no mundo atual e que o território possui em abundância é a água, são vários aquíferos que se estendem pelo território (ES-SWEYIH, 2001). Além da água potável subterrânea, o território conta com uma saída para o Oceano Atlântico, em local extremamente favorável à pesca, pois possui um dos bancos pesqueiros mais ricos e de maior extensão do mundo (LÓPEZ, 2012, p. 10).

Ademais, já foram descobertos diversos minérios, entre eles: cobre, urânio, ferro e zinco (DUARTE, 2016). Especula-se que existam reservas de petróleo e gás natural no local, apesar de nada ainda ter sido comprovado de fato. Não obstante, existem empresas estrangeiras que se instalaram no território e realizam estudos em busca de tais reservas. Dispõe também de uma das maiores reservas de fosfato do mundo. As reservas de fosfato saarauís foram descobertas na década de 1960, mais precisamente no ano de 1962, período em que o território ainda era colônia espanhola. Sob uma camada de areia de nove metros de espessura, estende-se a camada de apatita (minério portador do fosfato), cuja grossura média é de 5,6 metros. A jazida tem uma área aproximada de 250 km² e suas reservas são estimadas em dois bilhões de toneladas. Em 1964, Espanha criou a empresa “Fosfatos de Bu-Craa”, FOSBUCRAA (LÓPEZ, 2012, p. 10).

A empresa criada para a extração do recurso, em 1968, empregava 1.600 saarauís, segundo dados da ONG *Western Sahara Resource Watch - WSRW* (2015). Em 1972, a Espanha deu início, de fato, ao processo de exploração deste recurso (DAUDÉN; SUZIN; 2011).

Visando fazer frente ao domínio marroquino sobre o fosfato saarauí, a Frente Polisário realizou durante os anos de guerra ataques ao sistema de correias responsáveis pelo transporte do material. Essa foi a maneira que o movimento encontrou de defender os interesses da nação ou de pelo menos lutar pela preservação de seus recursos, visto que a nação saarauí não estava sendo beneficiada por eles. Os ataques terminaram com o cessar-fogo de 1991, entretanto, em ocasiões esporádicas ainda são realizados ataques a essas correias em forma de protesto, o caso mais recente foi em 2007 (WSRW, 2015).

O governo do Marrocos procura investimento estrangeiro nesta região, as suas empresas estatais, que dominam a maior parte da exploração, mantêm parcerias com diversos atores privados ao redor do mundo, principalmente com os EUA e a Europa. Além dessa busca do investimento estrangeiro, existem os interesses e a busca por lucro da própria elite marroquina.

O relatório da *Fondation France Libertés e l'AFASPA* (2002) evidencia que os recursos naturais do Saara Ocidental são desviados para políticos e militares marroquinos.

Além desses recursos, o território possui uma saída para o Oceano Atlântico, que poderia favorecer o comércio internacional da região e facilitar o acesso à Europa e a região das Ilhas Canárias. Por este motivo, a questão geoestratégica tem grande influência, principalmente nas tomadas de decisão dos Estados europeus mais envolvidos, como a França e a Espanha. Porém, também fazem parte da pauta estadunidense devido aos seus interesses de influência regional e da luta contra o terrorismo. Portanto, tanto a questão econômica, por conta da importância dos recursos naturais, quanto a questão geopolítica, pelas questões de segurança nacional, geraram redes de alianças. Principalmente de grandes potências que apoiam a ocupação marroquina, como EUA, França e Espanha. E do lado da Frente Polisário, com o apoio de Estados africanos, em especial da Argélia. Antes mesmo do início do conflito entre a Frente Polisário e o Marrocos, a Argélia já tinha prestado seu apoio a causa saarauí, isto porque desde que conquistou sua independência, o governo argelino se engajou no apoio as causas independentistas da região. Após a assinatura do Acordo de Madrid, a Argélia manteve seu apoio a causa saarauí (FERREIRA; MIGON, 2015, p. 204). De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 90 mil saarauís vivem como refugiados em cinco campos há 42 anos na região de Tindouf, Argélia (ACNUR, 2018).

O caso do Marrocos é interessante porque – além da questão territorial e de recursos naturais – a sua ocupação no Saara Ocidental foi estratégica para a sua sobrevivência como Estado. As tentativas dos golpes militares em 1971 e 1972 contribuíram para a perda da credibilidade interna do regime (LÓPEZ, 2012, p. 15). Com o trono ameaçado, o rei Hassan II usou a questão do Saara Ocidental como um pretexto para encobrir os problemas internos (BOUKHARI, 2004, p. 4).

Desta maneira, o rei Hassan II conseguiu evitar um novo golpe de estado e ter o controle do exército novamente, além de desviar a atenção dos problemas sociais internos a população marroquina enfrentava. Boa parte dessa população seguiu para as províncias do Sul em busca de uma vida nova. Por este motivo, a questão do Saara Ocidental se tornou importante para a unidade nacional. Desde a ocupação do território, o Marrocos vem fazendo inúmeros investimentos, a fim de melhorar a qualidade de vida da população e de legitimar sua ocupação, como construção de aeroportos, aeródromos, portos e estradas (DUARTE, 2010, p. 1).

Além do fator doméstico e estratégico do Marrocos, outros dois pontos contribuem para ele manter a sua condição no Saara Ocidental. Primeiro, a maioria da população saarauí que vivia nessa região está exilada na Argélia (SAN MARTÍN, 2010). Segundo é o fator externo, formado por seus principais aliados. Entre eles, estão: EUA e França.

Como vimos, os interesses da Guerra prevaleceram para os EUA. Entre manter o Saara Ocidental independente e correr o risco de ele se alinhar aos soviéticos – em razão do apoio da Frente Polisário pela aliada soviética Argélia – era mais conveniente que o Saara Ocidental ficasse sob controle de seu aliado (Marrocos). Análises recentes mostram que todas as ações do Marrocos com relação ao Saara Ocidental naquela época foram apoiadas pelos EUA nos bastidores (MUNDY, 2006). Após o ataque do 11 de setembro de 2001, o Marrocos se tornou um dos principais aliados na “Guerra ao Terror” na região. No caso do Saara Ocidental, os saarauís são em sua maioria árabes, de religião islâmica e, portanto, seu nacionalismo é visto como uma ameaça que pode levar ao terrorismo. Inclusive muitas vezes a Frente Polisário é citada como uma organização terrorista pelo governo marroquino. Esse discurso é utilizado tanto para deslegitimar o movimento, quanto para legitimar o apoio estadunidense à ocupação marroquina (ZOUBIR, 2008; ESTRADA, 2014). Por outro lado, os EUA tratam

essa questão com muita cautela, pois a Argélia também se tornou aliada na luta contra o terrorismo e também existe um interesse econômico no Estado argelino em razão dos seus recursos energéticos (MIYARES, 2006). Não obstante a melhora nas relações EUA–Argélia, os EUA continuam sensíveis aos interesses marroquinos no Saara Ocidental (ZOUBIR; BENABDALLAH-GAMBIER, 2005).

Para os EUA, a estabilidade do governo marroquino, e da região como um todo, é importante também por questões geoestratégicas. Um conflito poderia dificultar o trânsito pelo Mar Mediterrâneo, dificultando o acesso ao Golfo Pérsico (LÓPEZ, 2012, p. 17).

A França é um outro Estado que promove os interesses marroquinos no Saara Ocidental. Quando o reino marroquino reivindicou direitos sobre o Saara Ocidental, logo após a sua inclusão, em 1963, na lista de Territórios Não-Autônomos e pendentes de descolonização feita pela ONU, a França foi um dos Estados que o apoiou e continuou apoiando mesmo após a decisão do CIJ. A França também fez pressão para que a Mauritânia, sua ex-colônia, com a qual ainda mantinha laços de dependência, participasse da assinatura dos Acordos de Madrid, recebendo assim parte da administração do território (FUENTES, 2014).

A França não queria perder a influência que tinha na região – onde a maioria dos Estados formados foram suas colônias, com exceção do Saara Ocidental – para os Estados Unidos. Além disso, a França na época do início do conflito, tinha problemas mal resolvidos com a Argélia provenientes do processo de descolonização argelino. Portanto, não desejava um Saara Ocidental independente e aliado da Argélia na região, pois isso significaria uma perda de influência da potência no Magreb (LÓPEZ, 2012, p. 17).

Por este motivo, deu apoio no decorrer do conflito ao Marrocos e a Mauritânia com armamento pesado, e até mesmo chegou a enviar tropas francesas para lutar contra a Frente Polisário em favor dos ocupantes (ES-SWEYIH, 2001). A indústria de armamentos francesa se beneficia diretamente do conflito, pois fornece armamento para o Marrocos. Além disso, empresas francesas atuam na área de recursos energéticos no território, o que explica o motivo pelo qual um Saara Ocidental independente não é desejável aos interesses econômicos franceses (FUENTES, 2014). Ademais, a França utiliza o seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU em favor dos interesses marroquinos. Um exemplo foi o veto à inclusão da ampliação das competências da MINURSO para a vigilância dos DH no Saara Ocidental (ZOUBIR, 2008).

Por fim, a situação da independência do Saara Ocidental permanece inalterada pelas diversas variáveis presentes, entre elas: os interesses domésticos e externos do Marrocos, os recursos naturais e os interesses geopolíticos de Estados com poderes de decisão. Tais fatores, portanto, sustentam a manutenção do *status quo* do Saara Ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização mudou a vida da população saarauí para sempre. No passado em que viviam como tribos independentes e nômades, a chegada dos Europeus, fez com que eles em primeiro lugar fossem escravizados, e em seguida tiveram de se adaptar a outro tipo de vida e sedentarizar-se. A colonização mudou drasticamente a vida dessa população, mas foi ela também que criou um sentimento de unidade nacional. Como consequência surgiu a identificação da população saarauí e permitiu a criação de movimentos que lutassem pela independência do território, como a Frente Polisário. A assinatura do Acordo de Madrid, mudou os rumos da vida dessa população para sempre. Esse acordo permitiu uma nova ocupação,

agora por um ocupante estrangeiro que em momento algum se mostrou realmente disposto a acatar os desejos da população e promover o referendo de autodeterminação. Hoje, a maioria deles vivem como refugiados na Argélia.

O presente artigo procurou entender o cenário de disputa sobre a independência do Saara Ocidental, respondendo a seguinte questão central: Como os atores internacionais estatais influenciam na perpetuação da disputa sobre a independência do Saara Ocidental? Respondendo à essa questão, podemos constatar que, embora os principais atores envolvidos nessa causa sejam o Marrocos e a Frente Polisário, toda a situação de incerteza sobre o Saara Ocidental só se mantém devido aos interesses externos. Seja pelo fato da região ser estratégica aos interesses dos EUA, França e Espanha, que querem manter suas influências geopolíticas na região – e isso depende de uma boa relação com o governo marroquino – e por essa região possuir diversos recursos naturais. E tais Estados beneficiam-se indiretamente também desses recursos (através de suas empresas) por suas boas relações com o governo do Marrocos. Percebemos que entre o respeito ao princípio da autodeterminação dos povos e os interesses estratégicos, a *realpolitik* prevalece. Como resultado, o Marrocos permite que o conflito continue se prolongando – ficando cada vez mais difícil resolver a disputa de independência – às custas do sofrimento da nação saarai e com o respaldo de atores estatais externos com poderes de decisão e influência. A miragem é um fenômeno óptico que é comum em paisagens desérticas a qual combina com o Saara Ocidental. Podemos concluir que enquanto os interesses estratégicos externos prevalecerem sobre o Saara Ocidental, a autodeterminação da nação saarai continuará sendo uma ilusão.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Operational update: Argélia, janeiro, 2018. Disponível em <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Algeria%20Operational%20Update%20-%20Sept-Dec%202017.pdf>. Acesso em 20 jan. 2018.
- ONU. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AG). *Resolução 1514 [XV]*. AG index: A/RES/1541(XV), 14 de dezembro de 1960. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em 15 ago. 2017.
- _____. *Resolução 2072 [XX]*. AG index: A/RES/2072(XX), 16 de dezembro de 1965. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em 15 ago. 2017.
- _____. *Resolução 2229 [XXI]*. AG index: A/RES/2229(XXI), 20 de dezembro de 1966. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em 15 ago. 2017.
- BARATA, Maria João Ribeiro Curado. *Identidade, Autodeterminação e Relações internacionais: O Caso Do Saara Ocidental*. 2012. 348 p. Dissertação (Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/256/1/TESE.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- BIRMINGHAM, David. *The decolonization of Africa*. Routledge: Londres e Nova York, 2003. 109 p.
- BESENY, János. *Western Sahara*. Pécs: Publikon Publishers, 2009. 198 p.
- BOUKHARI, Ahmed. *Las dimensiones internacionales del conflicto del Sahara Occidental y sus repercusiones para una alternativa marroquí*. Documento de Trabalho (DT) N° 16/2004. 19/4/2004. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/mediterraneo+y+mundo+arabe/dt16-2004>. Acesso em: 20 jul 2017.
- CHANDLER, A. James. Spain and her Moroccan protectorate 1898 – 1927. *Journal of Contemporary History*, v. 10, 2, 1975, pp. 301-322.

- COBO, Ignacio Fuente. *Sahara Occidental: Origen, evolución y perspectivas de un conflicto sin resolver*. Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2011. Disponível em: <http://www.ieee.es/publicaciones-new/documentos-marco/2011/DIEEEM08_2011SaharaOccidental.html>. Acesso em 20 set. 2017.
- CIJ. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Western Sahara Advisory Opinion, The Hague, ICJ, 16 October 1975.
- CRAVEN, Matthew. Between law and history: the Berlin Conference of 1884-1885 and the logic of free trade. *London Review of International Law*, v. 3, 1, 1, p. 31-59, 2015.
- DAUDÉN, Laura; SUZIN, Giovana Moraes. *Nem Paz Nem Guerra: Três décadas de conflito no Saara Ocidental*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2011. 232 p.
- DUARTE, Geraldine Rosas. O Papel da ONU no Conflito do Saara Ocidental. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 7, n. 33-34, p.04-15, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/59898/36711>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- DUARTE, Rita. As independências africanas. *Janus 2010: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, v. 14, n. 3, p.110-111, mar. 2010. Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: <<http://janusonline.pt/arquivo/2010/2010.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- DURCH, William J.. Building on Sand: UN Peacekeeping in the Western Sahara. *International Security*, Vol. 17, No. 4 (Spring, 1993), pp. 151-171
- EL MUNDO. Denuncian la llegada a Mallorca de un barco con 35.000 toneladas de arena del Sáhara. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/baleares/2017/05/23/5924287ae2704ea3058b4604.html>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- ESTRADA, Rodrigo Duque. Saara Ocidental: História, Geopolítica e Perspectivas da Última Colônia. *Cadernos de Relações Internacionais*, [s.l.], v. 7, n. 1, p.118-147, 15 jul. 2014. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.23174>. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23174/23174.PDFXXvmi=>>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- ESSWEYIH, Mohamed-fadel Ould Ismaïl Ould. *El primer Estado del Sahara Occidental*. Paris: Février, 2001. 139 p. Tradução de: Nathnaïl RABALLAND; Carmen ASTIASO. Disponível em: <<http://www.arso.org/1estadosaharai.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- FERREIRA, Sylvio; MIGON, Eduardo. A Estratégia de uma Guerra Esquecida: fundamentos estratégicos aplicados à questão do Saara Ocidental. *Revista Política Hoje*, Pernambuco, v. 24, n. 2, p. 193-217, dez. 2015. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politicohoje/article/view/3727>>. Acesso em: 25 mar. 2017
- FRANCK, Thomas M. The stealing of the Sahara. *American Journal of International Law*, v. 70, 4, p. 694-721, 1976.
- FUENTES, Angie Paola Hernández. Análisis de la influencia de Francia y sus intereses en el conflicto del Sahara Occidental. Período 1991-2011. *Revista Análisis Internacional*, [s.l.], v. 5, n. 2, p.407-415, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/995>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- HAGEN, Erik. The role of natural resources in the Western Sahara conflict, and the interests involved. In: *Conference on Multilateralism and International Law with Western Sahara as a case study*. Pretoria, 2008. Disponível em: <<http://www.arso.org/HagenPretoria2008.htm>>. Acesso em: 14 set. 2017.
- JUSTO, Juan Carlos Gómez. El Frente Polisario: La Historia De Un Movimiento De Liberación Nacional Vivo. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, Huelva, v. 8, n. 7, p.261-280, dez. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10272/8304>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- LARRAMENDI, Miguel Hernando de. La cuestión del Sáhara Occidental como factor de impulso del proceso de descentralización marroquí. *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*, Madrid, v. 04, n. 09, p.1-10, dez. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.uam.es/handle/10486/670255>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LÓPEZ, Emiliano Gómez. *A República Saharaui, uma história de luta anticolonialista*. Espanha, mar. 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/260871767/CARTILHA-Republica-Saharaui#>>. Acesso em: 27 set. 2017.

MIGUEL, Carlos Ruiz. *El Sahara Occidental y España: Historia, Política y Derecho*. Madrid: Dykinson, 1995. 401 p.

MIYARES, Águeda Mera. *Sáhara Occidental: ¿Un conflicto olvidado?* Catalunya: Institut de Drets Humans de Catalunya Sèrie Conflictos olvidados, 2006. Disponível em: <<https://www.idhc.org/arxius/recerca/1416308703-SaharaOccidental.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017

SAN MARTÍN, Pablo. *Western Saara: the refugee nation*. University of Wales: Cardiff, 2010.

SMOLAREK, Adriano Alberto. Conflito no Saara Ocidental: um país além da miragem. *Revista Conjuntura Global*, Curitiba, v. 2, n. 1, p.34-38, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Conflito-no-Saara-Ocidental-Um-país-além-da-miragem.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017

FRANCK, Thomas M.; HOFFMAN, Paul. The Right to Self-Determination in Very Small Places. *New York University Journal of International Law and Politics* 8 (1976), pp. 331-386

WSRW. WESTERN SAHARA RESOURCE WATCH. *Las exportaciones de fosfato*. 2015. Disponível em: <<http://www.wsrw.org/a108x3127>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

ZOUBIR, Yahia H.. *El Conflicto Del Sahara Occidental En La Geopolítica Magrebí*. 2008. Disponível em: <http://iajuws.org/analisis/20080000_YahiaZoubir.pdf?OpenElement>. Acesso em: 27 set. 2017.

ZOUBIR, Yahia H.; BENABDALLAH-GAMBIER, Karima. The United States and the North African Imbroglio: Balancing Interests in Algeria, Morocco, and the Western Sahara. *Mediterranean Politics*, Vol. 10, No. 2, 181-202, July 2005.

BIBLIOGRAFIA

MUNDY, Jacob. Neutrality or complicity? The United States and the 1975 Moroccan takeover of the Spanish Sahara. *The Journal of North African Studies* Vol. 11, No. 3, September 2006, 275 – 306.

MUNDY, Jacob; STEPHAN, Maria J. A Battlefield Transformed: From Guerilla Resistance to Mass Nonviolent Struggle in The Western Sahara. *Journal of Military and Strategic Studies*, [S.l.], 2006. Vol. 8, Nº 3, p. 32. Disponível em: <<http://jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/132/148>>. Acesso em: 14 out. 2017.

ABSTRACT

The present work is situated in the area of the history of International Relations. It aims to answer the following question: How do international state actors influence the perpetuation of the dispute over the independence of Western Sahara? The hypothesis we consider is that such actors may be primarily responsible for the irresolution of this dispute, since they are interdependent and although they act in favor of their selfish interests, their attitudes have reciprocal effects. To answer the problem of this research, we will examine, through a bibliographical investigation, three objectives: the historical context of Spanish colonization, the Moroccan occupation after leaving Spain and the strategic interests of the actors involved in this dispute. In the conclusion section, we will observe that the whole situation of uncertainty in the dispute over the independence of Western Sahara - from a Spanish colony until 1975 and since then occupied by Morocco - only remains due to the interests that exist in that territory. This situation occurs because the region is strategic to the interests of States that want to maintain their influence in the region and this depends on a good relationship with the Moroccan government. Also, the fact that the Western Sahara has diverse natural resources.

KEY WORDS

Western Sahara; Morocco; Polisario Front; interests.